

PANORAMA GERAL

Ao longo de 1988, assistiu-se a um recrudesimento inusitado do processo inflacionário e à estagnação do produto e da renda sociais. Dessa forma, confirmaram-se as expectativas mantidas no início do ano. Esses fatos deveriam contribuir para elucidar a natureza dos problemas que submetem a economia e as limitações da política econômica seguida para fazer frente aos mesmos.

As estimativas são de que o Produto Interno Bruto brasileiro apresente uma taxa de crescimento de 0,04%. Essa taxa teve dois elementos destacáveis de sustentação. Em primeiro lugar, a safra nacional de grãos de 1987/88 apresentou produção recorde, com uma colheita de 65,9 milhões de toneladas. O fato, por si só, colocou-se como um elemento de dinamização, ainda que limitado, dos serviços e da produção da economia. Em segundo lugar, assistiu-se à elevação das exportações nacionais para um nível, em certa medida, surpreendente, somando cerca de US\$ 33,6 bilhões no final do exercício. Isso significa um crescimento de 24,4% sobre a maior receita de vendas de mercadorias ao Exterior, anteriormente verificada, em 1984. Os produtos industrializados representaram cerca de 70% do valor das exportações em 1988. Sem dúvida, esse fato impediu uma queda maior no nível da produção industrial. A despeito desse fato, a taxa de crescimento da indústria, de janeiro a novembro em relação a igual período de 1987, situou-se em -2,23%.

O desempenho do País na área de comércio externo já era, em alguma medida, esperado, tendo em vista a fase recessiva por que vem passando a economia desde meados de 1987. Todavia cabe acrescentar que a expansão das exportações foi vista, algumas vezes, como um elemento capaz de elevar a produção da indústria, de forma a colocar o setor em fase de crescimento. De acordo com essa expectativa, a expansão das vendas externas seria suficiente para compensar os fatores depressivos presentes na conjuntura, a exemplo do que ocorreu em 1984. Todavia, se isso não aconteceu, em grande parte deve-se ao fato de que o conjunto das relações econômicas e financeiras com o Exterior se mostrou, em 1988, mais adverso do que em 1984 e contribuiu para o agravamento dos demais fatores conjunturais depressivos.

Em 1988, as relações externas do País resultaram, em relação a 1984, num maior impacto monetário sobre a economia, de difícil administração por parte da política econômica. Por esse impacto foram responsáveis os elevadíssimos saldos em transações correntes, as operações formais de con-

versão da dívida externa e parte do pagamento dos juros da dívida de responsabilidade do Estado. Devido às características da política tributária seguida, esse impacto foi compensado com cortes dos gastos públicos e com a emissão de títulos da já elevadíssima dívida pública federal. Essas duas práticas aprofundaram a recessão e foram incapazes de restabelecer as condições concretas que recuperariam a confiança na política antiinflacionária. Por sua vez, o recrudescimento das taxas de inflação, além da própria recessão, agiu como um elemento adicional de corrosão das receitas fiscais do Governo. As medidas de política econômica tomadas para solucionar esse problema — diminuição do prazo de recolhimento de certos impostos — encontrariam no prosseguimento da explosão do processo inflacionário o comprometimento de sua eficiência.

Cabe insistir que, na conjuntura sob consideração, as relações externas do País se colocaram como elemento fundamental. Isso decorre não apenas dos impactos monetários que se originaram de tais relações, mas também do fato de que o País não conseguiu uma sólida recuperação de suas reservas de divisas internacionais. O baixo nível em que se situaram as reservas no final do ano teve como causa evidente as relações estritamente financeiras que o Brasil manteve com o Exterior. A respeito, cabe dizer que, ao longo do ano, uma significativa parcela do principal da dívida externa foi paga, fazendo com que o fluxo de capitais de empréstimo resultasse liquidamente negativo, num montante expressivo. Assim, o elevadíssimo saldo em transações correntes serviu, em sua maior parte, para diminuir a posição passiva dos credores externos no Brasil e não para consolidar a recuperação das reservas, ao contrário do que seria razoável esperar. Evidentemente, a manutenção das reservas num baixo patamar, por estabelecer limites ao crescimento da economia, colocou-se, nas análises da conjuntura que embasam as decisões de investimento do setor privado, como um elemento negativo adicional a inibir a recuperação da retomada do nível de suas inversões. Com essa constatação, completa-se, a longos traços, o caráter mais geral da conjuntura econômica do País ao longo de 1988. Nesse quadro coloca-se, de um lado, o Estado, com suas condições financeiras em permanente processo de penalização e desestabilização, dado o ônus que lhe impôs a tentativa de reajuste das contas externas pela via convencional. Além disso, o elevado estoque da dívida pública interna comprometeu as possibilidades do uso da mesma como instrumento não inflacionário de financiamento do Governo. Como resultado, deterioraram-se as expectativas em torno das possibilidades de controle da inflação. Na tentativa de sustar a elevação do nível geral dos preços, infrutiferamente se recorreu à ampliação do corte de gastos governamentais. De outro lado do quadro conjuntural, como decorrência lógica de tudo o mais, a iniciativa privada adiou a retomada de seus investimentos.